

Democratização do (e pelo) ensino e papel da universidade na mudança social

António Martins^{*}
Yvette Parchão^{**}

Resumo

O trabalho por nós desenvolvido, e do qual aqui damos conta, abordou, por um lado, a relação entre o sistema educativo e a sociedade em que está inserido e, por outro, os seus desempenhos nos processos de democratização. Relativamente à primeira questão a relação que foi pouco significativa e abrangente no passado intensificou-se na actualidade procurando-se uma adequação funcional às necessidades da sociedade e numa perspectiva cada vez mais imediatista, especialmente nos domínios económicos, tecnológicos e de organização dos processos. Relativamente à segunda dimensão (da democratização) atendemos, por meio de dados por nós recolhidos em três estudos empíricos realizados em Portugal (recorrendo-se ao inquérito por questionário aplicado a alunos a frequentar cursos de: mestrado e doutoramento; licenciaturas; e cursos tecnológicos), que a universidade tem aberto a todos os estratos sociais, propiciando níveis de mobilidade social assinaláveis. Não obstante, o sistema educativo continua a desempenhar a velha função de reprodução das estruturas sociais.

Palavras-chave: Sociedade. Novo paradigma de universidade. Democratização. Mudança.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta resultou de três estudos mais amplos realizados por diferentes grupos de investigação: Martins, Arroiteia e Gonçalves (2002); Martins, Pardal e Dias (2005); Pires et al. (2008).

^{*} Docente na Universidade de Aveiro no Departamento de Educação; Investigador do Centro de Investigação em Didáctica e Tecnologia da Formação de Formadores; amartins@ua.pt

^{**} Psicóloga clínica e investigadora.

Em linhas gerais os objectivos do primeiro estudo centraram-se: da origem sociocultural e geográfica dos licenciados; da formação de base e complementar realizada durante o curso; das trajectórias geográfica, académica, formativa, e ou profissional, após a obtenção do diploma; da inserção no mercado de trabalho e da natureza das relações contratuais, vínculo, tempos de trabalho [...]; da apreciação feita à universidade, especialmente da formação realizada e sua articulação com os papéis profissionais que desempenham; dos níveis de satisfação com a formação e com as perspectivas profissionais futuras.

Com os objectivos gerais do segundo estudo pretendeu-se conhecer, por um lado, se a correspondência entre origem social e a frequência do ensino técnico e profissional (de nível médio) se mantém e se, por conseguinte, o sistema de ensino continua a desempenhar a clássica função de selecção e de reprodução das estruturas sociais e, por outro, se a maioria dos restantes alunos, que frequenta o ensino antes referido, está associada a índices de reprovação, durante o ensino básico. Assim, procurou-se conhecer quem são os alunos que frequentam o ensino técnico e profissional quanto à origem social e cultural e quanto ao seu passado escolar, até ao fim do ensino básico, e ver em que medida ele foi escolhido por opção ou por falta de alternativa dados os condicionalismos sociais e escolares. Cumulativamente com a análise destes indicadores procurou-se ver qual a correspondência entre a frequência do curso e as suas aspirações futuras, medidas pela perspectiva de entrar no mundo do trabalho ou pela continuação de estudos no mesmo tipo de ensino ou no ensino superior e pelas suas representações sobre o curso que desejariam ter feito em vez do curso que frequentam.

Os objectivos do terceiro e último estudo foram a compreensão dos processos de aprendizagem ao longo da vida de diplomados pelo ensino superior, centrando-se em particular nos pós-graduados (mestres e doutores) e nos efeitos dessa mesma aprendizagem: sobre os próprios sujeitos aprendentes (nos planos pessoal/social, educativo/formativo e profissional); nas instituições universitárias (reorganização da formação, das áreas disciplinares e unidades orgânicas); nas organizações de trabalho (mudanças na organização de trabalho, nos processos produtivos, na produtividade, na política de gestão de recursos humanos).

Destas problemáticas globais o que aqui se pretendeu dar conta foi, por um lado, qual a natureza das relações entre o sistema educativo e a sociedade em que está inserido e, por outro, os seus desempenhos nos processos de democratização do sistema educativo e da sociedade. Relativamente à primeira questão a relação que foi pouco significativa e abrangente no passado

intensificou-se na actualidade procurando-se uma adequação funcional às necessidades da sociedade e em uma perspectiva cada vez mais imediatista, especialmente nos domínios económicos, tecnológicos e de organização destes e de outros processos.

Relativamente à segunda dimensão (da democratização) damos conta, por meio de dados por nós recolhidos nos três estudos empíricos realizados em Portugal (recorrendo-se ao inquérito por questionário aplicado a alunos a frequentar cursos de: mestrado e doutoramento; licenciaturas; e cursos tecnológicos), que a universidade tem aberto a todos os estratos sociais propiciando níveis de mobilidade social assinaláveis. Não obstante, o sistema educativo continua a desempenhar a velha função de reprodução das estruturas e das posições sociais ocupadas pelos sujeitos. Nesse sentido, é significativo o número de alunos de classes sociais baixas a frequentar a universidade mesmo ao nível de mestrados e de doutoramentos não obstante os alunos que frequentam o ensino de nível médio serem originários das classes sociais médias e baixas e/ou terem sido sujeitas a elevadas taxas de reprovação no ensino básico.

2 UNIVERSIDADE E INTERFERÊNCIA NA MOBILIDADE E NA REPRODUÇÃO SOCIAL

A democratização da universidade é aqui entendida a partir da variação positiva dos indicadores: evolução dos alunos na universidade ao nível da formação graduada e pós-graduada; composição social dos alunos que frequentam a universidade, não apenas na formação graduada mas também na pós-graduada, ao nível de mestres e doutores. Este processo de democratização teve na base, de acordo com Pires (1988), entre outras causas, dois paradigmas: o desenvolvimentista e o igualitarista, segundo os quais o nível de educação detido a nível individual e colectivo estaria na base do posicionamento dos sujeitos na estrutura social e dos países na divisão internacional do trabalho e, nesse sentido, tender-se-ia para uma maior igualdade social, não apenas entre os sujeitos mas também entre os países. Este posicionamento foi evidenciado já na conferência sobre “[...] as políticas de crescimento económico e de investimento no ensino, realizada em Washington em 1961” (OCDE, 1989), em que se concluiu existir uma relação directa e positiva entre investimento no ensino e o crescimento económico de um país. O aprofundamento e defesa desta tese esteve presente nos trabalhos elaborados por Theodore Schultz (1961), Denison (1962) e Becker (1975), entre outros, e que deram

origem à designada Teoria do Capital Humano. Do que se tratou, a um nível mais objectivo, foi que a universidade moderna, modelada para a formação de elites, para o desenvolvimento do Estado-Nação e da cultura nacional deu lugar (dado o enfraquecimento do Estado-Nação e da pulverização da cultura nacional) a uma universidade de massas e ao assumir uma vertente mais económica e técnica e desta forma mais instrumental e funcional, embora em uma perspectiva de grande complexidade típica da actualidade da sociedade em geral e do sistema económico em particular (Morin, 1994). Nesse sentido, o enfoque tende a radicar cada vez mais nas exigências colocadas à universidade para que intervenha na preparação dos processos e dos sujeitos para criar e acompanhar as dinâmicas económicas de forma a maximizar os resultados pela introdução da racionalização, da "eficiência", da "qualidade", da "excelência" e de outras designações semelhantes (READINGS, 1996; TROW, 1996; ENDERS, 2004). Independentemente das críticas daquelas posturas teóricas (AMIN, 1975; MILLER, 1988; PARO, 1983; ALBORNOZ, 1989; OCDE, 1989), também contrariadas pela evolução da realidade económica e social, a oferta e a procura de ensino e de formação não pararam de se verificar a todos os níveis, primeiro no ensino básico e secundário e depois no ensino superior ao nível da graduação e hoje também ao nível da formação pós-graduada. Nesse sentido, a frequência do ensino superior ao nível da graduação, em Portugal, passou de 106216 alunos em 1985 para 395478 em 2002, isto é, um crescimento de 272% (GONÇALVES, 2007).

Ao crescimento da oferta de ensino e de formação correspondeu também uma procura crescente, não apenas por parte das burguesias mas também das classes médias, médias baixas e baixas, assistindo-se desta forma a uma mobilidade social destas classes com base no aumento das aspirações sociais e sobretudo pelo alargamento dos lugares profissionais criados pela economia do pós-guerra em crescimento muito acentuado até aos anos de 1970 e em transformação (contracção, complexificação e globalização) já no último quartel do século XX (MARTINS, 1999). Se, no primeiro momento, a mobilidade social foi marcadamente ascendente, já no segundo, e não obstante o forte investimento em educação (ao nível individual e colectivo), esta parece estar a intervir mais na manutenção das posições sociais em articulação com a família (GRÁCIO, 1997; GONÇALVES, 2007). As alterações processaram-se neste período do pós-guerra, em todos os outros níveis da sociedade, como foi o caso da alteração da frequência do ensino superior segundo o género: neste domínio a representação das mulheres passou de um peso de 18,9% em 1940 para 57,1% em 2000, pelo que nesse sentido, a democratização não é apenas quantitativa e social, como antes referimos, mas também em função

do gênero (GONÇALVES, 2007). Se é verdade que a educação interfere com a mobilidade social ascendente, também o é enquanto local onde ocorre a selecção social e as classes mais abastadas legitimam as suas posições sociais.

A escola, em geral e a universidade, em particular, têm funcionado e continuam a funcionar como espaço opaco no qual as classes sociais e, de forma mais específica os sujeitos, procuram elevar ou manter as suas posições sociais ao mesmo tempo que este processo vai sendo configurado e reconfigurado pelos sistemas económico (de emprego/trabalho) e político em função das necessidades estruturais ou conjunturais. É da conjugação destes elementos objectivos e de outros subjectivos inerentes ao uso dos mecanismos simbólicos detidos ou usados por alguns sujeitos (colectivos ou individuais) que se desenham as estruturas sociais no que concerne às posições que os sujeitos nelas ocupam.

Sobre estes aspectos importa que nos detenhamos um pouco na análise de três categorias e da dialéctica que se estabelece entre elas para depois podermos reflectir sobre os dados empíricos deste estudo: sociedade; universidade; processos de mudança das posições sociais.

Na abordagem das sociedades podem ser seleccionados um conjunto de elementos em conformidade com os interesses particulares de cada um e em função do seu objecto de estudo. Esta postura implica sempre opções metodológicas, definição do objecto e a sua delimitação do todo de que fazem parte indissociável. Tendo em conta estas preocupações e o enfoque teórico colocado pela análise/compreensão dos dados empíricos, interessa-nos analisar a mudança das sociedades no duplo enfoque: dinâmica de reprodução e dinâmica de transformação. Em ambas existe mudança, só que no primeiro caso ela é marcada pela continuidade e pela criação de coerência numa perspectiva sistémica, na segunda dimensão à mudança tendem a estar associados processos de inovação em que os resultados podem ser substancialmente diferentes dos do sistema em que ocorrem. Uma e outra referem-se tanto às estruturas, valores, ideias e crenças como aos modos de vida no quotidiano. Estas duas dinâmicas, não obstante serem de sentido oposto, ocorrem de forma articulada ora predominando uma ora predominando a outra, podendo conduzir a situações extremas, quer de conservadorismo (em todas as dimensões da vida política, ideológica, social, religiosa e dos valores), quer de mudança radical e até total. Pode assistir-se ainda a situações (mais raras) de equilíbrio em que as duas dinâmicas se anulem. É evidente que estes processos interferem, como parece claro, na alteração ou sedimentação dos processos socioeconómicos e culturais e desde logo nas dinâmicas de mobilidade social e nas posições a que os sujeitos estão alocados.

Apesar de não ser objecto de análise a mudança/transformação e a reprodução, importa ter presente que esta tende a assumir níveis mais elevados nos períodos de estabilidade das sociedades, como foi o que ocorreu durante grande parte do século XX com a sociedade moderna, enquanto a mudança tende a ser máxima nos períodos de transição entre sociedades ou em momentos de grande desestruturação, como parece estar a ocorrer na actualidade (TOFFLER, 1984; DRUCKER, 1993). Estamos a falar de períodos de polarização dos processos, contudo a mudança e a reprodução tendem a existir sempre, não se verificando assim que os processos sociais sejam estáticos, o mesmo é dizer que a dinâmica está neles sempre presente (SILVA, 1994), embora a natureza dessas dinâmicas possa ser diversa.

A partir dos anos de 1980 do século XX, com destaque para a actualidade, como se referiu atrás, estão a processar-se profundas alterações em todos os processos em que os sujeitos desempenham as suas actividades profissionais. Assim, e de acordo com vários autores (PLANAS, 1990; ENGUI-TA, 1988; TYSZKIEWICZ, 1987; RETUERTO, 1989; SCHWEITZER, 1989; OCAÑA, 1992; TARANDEAU, 1985; ROMER, 1990; AMABLE, 1992; BOMMENSATH, 1986; FRIETMAN, 1992; MARTINS, 1999):

1. Está-se a assistir à substituição dos paradigmas competitivos (das economias de escala e das vantagens comparativas ainda dominantes entre nós) pelos paradigmas da qualidade e do desenvolvimento de processos vocacionados para a inovação permanente no domínio da produção de novos produtos e processos (no interior da organização e na ligação com o seu ambiente, especialmente com os consumidores), isto é, não basta já produzir com qualidade e a baixo preço mas produzir produtos e processos novos e ainda não conhecidos;
2. A organização dos processos, no interior das organizações e no relacionamento destas com o exterior, tende a desenvolver-se de forma sistémica e integrada implicando a necessidade de uma crescente autonomia das filiais e ou dos sectores no interior da empresa bem como do desempenho de actividades em grupo, em equipa ou mesmo individualmente;
3. O sistema de emprego requer, cada vez mais, uma força de trabalho, por um lado, capaz de saber trabalhar em organizações e processos mais complexos e mutáveis e, por outro, possuir condições de fazer aprendizagens em regime de trabalho e de forma autónoma e, paralelamente, os sujeitos intervenientes terão de saber gerir a sua própria carreira que se constitui, cada vez mais, de ciclos e contra-ciclos tipificados por emprego, desemprego, emprego, desemprego (...);

4. Todas as actividades tendem a estar associadas, directa ou indirectamente, às novas tecnologias e à informação, quer na sua produção, quer na sua circulação e aplicação;

5. Os processos de mobilidade e de encontro com outros povos exigem novas aprendizagens sociais, culturais e linguísticas. Os processos referidos implicaram profundas alterações nos desempenhos profissionais e na natureza da relação salarial a que as qualificações que definiram perfis e as organizações de classe existentes durante quase todo o século XX deixaram de dar respostas convenientes.

Este processo de transformação “quase radical” foi antecedido, a partir dos anos de 1950, por grandes transformações mas por meio do alargamento das estruturas económicas que definiram, deste ponto de vista, a sociedade moderna. Este processo teve profundos reflexos na nossa problemática dado que a universidade se abriu “aparentemente a todos” e se criaram imensos e novos lugares profissionais, não possíveis de preencher (dado o seu número) pelas classes altas, ocorrendo assim uma forte mobilidade social como reflexo das novas necessidades (em qualidade e em quantidade) criadas por dinâmicas económicas mas também políticas e sociais.

Os processos de mudança e de reprodução podem ser e são mediados pelas instituições apesar de elas próprias não serem imunes aos processos sociais que temos vindo a equacionar, antes pelo contrário, tendem a dar continuidade aos processos de mudança e a contribuir para a sua sedimentação e reprodução. Entre estas instituições a universidade que tem assumido papel de destaque nas duas dimensões que temos vindo a equacionar, especialmente nos processos de reprodução (READINGS, 1996). De igual forma Vicente Gutiérrez Pascual (1998) refere que

“Históricamente esta dialéctica bidireccional, este juego permanente de configuraciones simbólicas ha suportado numerosas quebras y curiosamente siempre hacia el pólo de la reproducción. Quebras que se concretan en burocratismo, clientelismo, repetitívismo pedagógico, meritocracia y titulomania y que en la vida cotidiana se conece com los términos de fracaso escolar, fracaso laboral, paro, etc.”

Este posicionamento que a universidade tem assumido está de acordo, quer com a natureza do que é uma instituição, quer com o facto de a universidade moderna, criada e desenvolvida nos finais do século XVIII e no século XX, estar associada à reforma de von Humboldt na Prússia e de Napoleão em França com o objectivo de intervir na criação e solidificação do Estado-Nação (AMARAL; MAGALHÃES, 2000), especialmente na componente de formação

das elites e dos quadros superiores para a administração pública, ao mesmo tempo que lhe era solicitado que interferisse no processo de mobilidade social e na criação de uma cultura nacional ou no seu fortalecimento bem assim como desenvolver novas competências exigidas pelo sistema económico propiciado pela sociedade capitalista (LUCCHESI, 2002). Esta perspectiva mais funcional, e aquela a que a universidade mais resistiu, foi antecedida, na continuação da preparação de elites e dos quadros para a administração pública, pelo grande desígnio de preparar os indivíduos para a cidadania dentro dos princípios universalistas e humanísticos (READINGS, 1996; ARROTEIA, 2002).

Do que temos vindo a equacionar importa reter que as transformações económicas, sociais e culturais foram extensivas a todas as instituições, particularmente à universidade no sentido da sua abertura a todos os estratos sociais. Assistimos a alterações da sua “missão” bem como das suas funções, nomeadamente com a passagem da universidade de elites à universidade de massas, para assumir um carácter mais utilitário do ponto de vista económico. Um outro fenómeno associado a estes processos e que ocorreu em todos os países (COLLINS, 1989) e também em Portugal foi a importância dada à certificação do saber formal, realizada pelo sistema de ensino, particularmente pela universidade. Era (e ainda é) por meio destes certificados que os indivíduos entravam no sistema de emprego/trabalho e de certa forma nele ascendiam profissionalmente.

Decorrente da contracção do desenvolvimento acelerado nos anos de 1970, das alterações surgidas no modelo de desenvolvimento económico e da continuada oferta de ensino universitário e da sua procura, assistiu-se, entre nós, já nos finais do século XX, e sobretudo na actualidade, ao crescimento do desemprego entre os diplomados pelo ensino superior, e, por razões várias, à depreciação dos diplomas universitários. Estes factos, embora não sendo os únicos nem os mais importantes, terão influenciado o seguimento de estudos superiores pós-graduados após a obtenção do grau de licenciatura (ARROTEIA; MARTINS, 1998; MARTINS; ARROTEIA; GONÇALVES, 2002).

Este desfasamento entre a quantidade de diplomas e de lugares no sistema de emprego/trabalho já se fazia sentir antes, aquilo que Boudon (1973) designou de “não-congruência relativa” e que segundo ele poderia explicar a existência de fenómenos tanto de mobilidade social ascendente como descendente. Em uma sociedade em que a procura de educação é regulada pelos mecanismos de mercado e em que os indivíduos estão em posição de concorrência, o nível escolar cria um “sistema de privilégios relativos” neste processo de concorrência já que um melhor nível de educação aumenta as probabilidades de obtenção de uma posição social mais desejável. Uma vez que as probabilidades de um indivíduo com estatuto social elevado ascender

aos níveis mais altos do sistema escolar são maiores do que as de um indivíduo com um estatuto social mais baixo, as posições sociais de destino podem ser consideradas como sucessivamente atribuídas em função da ordem de prioridade criada pelo sistema de níveis sociais e pelo sistema de níveis escolares (BOUDON, 1973, 1977).

Daqui poder concluir-se que apesar de se terem verificado progressos globais no nível de vida, inclusive das classes inferiores, a estrutura da mobilidade social não se alterou significativamente. Como refere Raymond Boudon (1973, p. 193), “[...] o desenvolvimento considerável das taxas de escolarização a que assistimos nos últimos decénios não tem sido de modo a produzir [...] uma evolução característica da estrutura da mobilidade mesmo quando a desigualdade de oportunidades no ensino decresce.”

Ainda num plano global, o aumento da taxa de escolarização teve, sobretudo, o efeito de provocar um deslocamento dos níveis escolares relativamente aos níveis correspondentes da hierarquia das posições sociais. Cumulativamente com o que atrás se disse, o prolongamento da escolaridade trouxe consigo uma desvalorização relativa dos diplomas escolares e uma escalada educativa que exige níveis de escolaridade cada vez mais elevados para atingir posições idênticas no sistema social. Nesse sentido, e citando de novo Raymond Boudon (1973, p. 207), “[...] os mecanismos gerais que comandam os comportamentos individuais de mobilidade têm pois como principal efeito o desencadear um alongamento da escolaridade sem modificar as estruturas da mobilidade.”

As condições sociais de origem e o capital cultural condicionam não apenas as aspirações dos sujeitos como também a avaliação que fazem do “custo-benefício” subjacente aos processos individuais de decisão.

Do que ficou dito importa realçar que a sociedade moderna, durante o século XX, sofreu profundas alterações que interferiram, por vezes, nas sequencialidades estabilizadas, utilizando o sistema educativo em geral e a universidade em particular como suporte das suas necessidades funcionais: na criação de uma cultura e de uma língua nacionais; na formação de elites (políticas e quadros da administração pública); na criação de cidadãos em conformidade com a natureza da(s) ideologia(s) dominante(s); e sobretudo na formação de força de trabalho em conformidade com as exigências colocadas tanto pelos processos de produção como pela natureza da organização do trabalho, em cada momento, ao nível das empresas, dos países ou nos processos globais como se verificou no último quartel do século XX e na actualidade (MINTZBERG, 1990; RODRIGUES, 1991; FREIRE, 1993; FRIEDBERG, 1993; DRUCKER, 1993; BERTRAND; VALOIS, 1994; MARTINS, 1999). Associado a estas dinâmicas, seja pela alteração nas estruturas económicas e de em-

prego/trabalho, seja nas estruturas político-ideológicas, ocorreram alterações muito significativas nas posições sociais e profissionais dos sujeitos de todas as classes sociais, mesmo das populares, por efeito da frequência do sistema educativo e da aquisição de diplomas/certificados.

Nesse sentido, e de acordo com Pierre Bourdieu (1979), a estrutura e o volume dos capitais, económico e cultural, bem assim como as trajetórias no espaço social terão sido condicionadas fundamentalmente a partir das posições sociais iniciais, mas também pelo efeito da educação, quer enquanto promotora de mobilidade social ascendente, quer na mobilidade social horizontal associada à mobilidade geográfica e à mudança de campo de actividade dos sujeitos, quer ainda como forma de impedir, retardar ou amenizar a mobilidade social descendente.

Assim, parece que a interferência do sistema educativo na alteração das posições sociais e profissionais dos sujeitos ocorre mais como resultado dos processos reprodutores do que de movimentos transformadores consequentes e que a capacidade da educação, por si só, de ser agente de movimentos sustentados de mobilidade social não é confirmada. Sobre isso, veja-se o que refere Sérgio Grácio (1997: 61) quando se procura as causas da mobilidade social: "Se esta mostrar portanto alterações ao longo do tempo estaremos perante um aumento da fluidez social, um progresso da "verdadeira" mobilidade, cuja responsabilidade deverá então necessariamente caber à expansão escolar."

Este carácter híbrido e pouco claro pode ser confirmado pelas conclusões de um estudo realizado por Martins, Arroteia e Gonçalves (2002, p. 119-128):

"Com a caracterização social e cultural dos diplomados torna-se possível visualizar três aspectos definidores da sociedade e das relações que estabelece com o sistema educativo. Por um lado, tomando em consideração a origem social e cultural dos diplomados verifica-se uma clara ascensão profissional denotando assim uma maior democratização da sociedade por recorrência ao sistema educativo. Por outro lado, verifica-se existirem ainda níveis diferenciados no acesso à universidade, em número e na frequência dos cursos mais prestigiados e nos quais é possível encontrar níveis de rendibilidade superior, em função da origem social e cultural dos diplomados aqui estudados. Por último, constata-se existir um afastamento da universidade dos filhos dos grupos sociais mais baixos, especialmente quando os pais não sabem ler nem escrever. Assim, a democratização do ensino não é plena não apenas pela diferença de resultados no sistema educativo (medida pelas taxas de reprovação e pela desadequação entre as aspirações e os resultados alcançados pelos alunos

em termos dos cursos frequentados e das saídas profissionais que proporcionam) como pela não garantia de acesso a todos os níveis de ensino.”

3 ABORDAGEM EMPÍRICA

3.1 NOTAS METODOLÓGICAS

Os dados empíricos aqui apresentados (e como referido na introdução) resultam de três estudos: o primeiro a alunos de ensino superior universitário ao nível de licenciatura; o segundo a alunos de cursos tecnológicos de nível médio/secundário; o terceiro a alunos a frequentar cursos de mestrado e de doutoramento.

Os dados em análise resultaram do cruzamento das variáveis independentes – origem social (medida pelo indicador profissão dos pais e indicador de classe das famílias) e cultural (medida pelo indicador nível de instrução dos pais) com as variáveis dependentes – tipo de cursos frequentados. Pretende-se, assim, verificar em que medida se tem processado a mobilidade académica e nos desempenhos profissionais dos filhos relativamente aos pais e, logicamente, na alteração das rendas e dos estatutos sociais.

Os dados foram recolhidos por meio de um inquérito por questionário e aplicados a uma amostra constituída por 1191 inquiridos no primeiro estudo, a 308 no segundo e a 145 inquiridos no último.

3.2 LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com os dados dos três estudos (que temos vindo a referir) e que se apresentam nas tabelas 1, 2 e 3 importa fazer um conjunto de considerações de alguma forma orientadas/enquadradas pelas referências teóricas anteriormente apresentadas.

Tomando por base o nível de instrução dos pais dos inquiridos das duas amostras, (cf. tabela 1, colunas 2 e 4) bem assim como a sua profissão (cf. tabela 2, colunas 2 e 4), pode verificar-se a existência de mudanças significativas na estrutura social estudada com destaque para uma mobilidade social ascendente não obstante verificar-se a manutenção de alguns desequilíbrios a demonstrar a manutenção de processos reprodutores aos níveis académico, profissional e logicamente social.

Quanto ao processo de mobilidade social ascendente, e em termos gerais, é visível que o nível de instrução dos inquiridos (das três amostras),

bem assim como as profissões a que a sua formação dá acesso, é superior à dos seus pais. No primeiro caso é clara a alteração do nível de instrução dos filhos relativamente aos seus pais. Conforme dados da tabela 1 verifica-se que 83,2% dos pais de filhos a frequentar um mestrado ou um doutoramento possui um grau académico inferior a eles e que 74,1% nem sequer frequentou o ensino superior, politécnico ou universitário. Estes dados assumem-se com mais significado quando se referem aos pais de alunos a frequentar uma licenciatura dado que 90,2% possui instrução inferior a este nível de ensino e 80,7% não frequentou sequer o ensino superior.

Quando a análise recai na profissão, e de acordo com os dados da tabela 2, colunas 2 e 4, verifica-se a tradução dos níveis de instrução, antes referidos, na medida em que 58,2% dos pais de alunos a frequentar um mestrado ou um doutoramento e 70,1% dos pais de alunos a frequentar uma licenciatura desempenham profissões de nível médio, médio-baixo e mesmo de nível baixo.

Os dados mostram claramente ter existido uma mobilidade social ascendente e aferida pelos níveis de instrução mais elevados entre os filhos relativamente aos pais e com tradução nas profissões desempenhadas pelos pais, menos rentáveis e com menor *status*, relativamente às desempenhadas pelos alunos a frequentar um mestrado ou um doutoramento e as previsíveis no caso dos alunos a frequentar uma licenciatura quando esta terminar e ingressarem no mercado de trabalho.

A constatação de mobilidade académica e profissional, especialmente a primeira, que temos vindo a referir tem a ver fundamentalmente com as alterações surgidas, por um lado com a democratização do sistema educativo e com a escola de massas, incrementadas no espaço temporal entre estas duas gerações (de pais e filhos aqui referenciados) e, por outro, com as alterações na estrutura de emprego/trabalho, quer em quantidade quer na sua natureza, resultantes do desenvolvimento económico do pós-guerra. Importa contudo não fazer uma análise linear destas implicações na medida em que as alterações estruturais podem não ter uma tradução directa na alteração das posições sociais da segunda geração tanto do ponto de vista das rendas como e sobretudo do status, já que ambos são influenciados também por outras variáveis como o volume e qualidade da oferta existente em cada momento.

Não obstante esta real mobilidade ascendente é possível verificar a existência de processos reprodutores e ou até de mobilidade descendente dado ser visível alguma correspondência entre habilitações e profissões dos pais com as dos filhos, particularmente entre os alunos dos Cursos Tecnológicos e das Escolas Profissionais. Os dados aqui equacionados mostram que a reprodução das posições profissionais e dos níveis de instrução se manteve-

ram para um universo não desprezível dos inquiridos. Se tivermos em conta a desvalorização dos diplomas surgida entre estas duas gerações podemos deduzir que a reprodução terá sido geradora mais de despromoção social do que de manutenção das posições sociais.

No seguimento do referido no ponto anterior e de acordo com os dados das tabelas 1 e 2, colunas 5, verifica-se a existência de alguma mobilidade social descendente, especialmente entre os alunos dos cursos tecnológicos e das Escolas Profissionais. Veja-se, a este propósito, que 7,3% dos pais destes alunos possuem formação de nível superior (2,8% de nível IV e 4,5% de nível V), o que se traduz ao nível profissional por: Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (14,3%) e Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (6%).

Tabela 1 – Nível de instrução dos pais dos inquiridos das diferentes amostras e dos cônjuges de mestres e doutores (em %)

Nível de instrução dos pais	M/D	Cônj.	Lic.	CT
Não sabe ler nem escrever	3,2	0,0	1,3	0,5
Sabe ler e escrever mas sem diploma	10,5	0,0	3,8	1,7
Ensino Básico Primário (4ª classe)	34,1	0,0	48,1	45,7
Ensino Básico Preparatório (antigo 2º ano)	6,4	1,9	6,3	10,9
Ensino Básico 3º ciclo (antigo 5º ano liceal)	14,1	1,0	11,3	13,1
Ensino Secundário ou equivalente (antigo 7º ano)	6,0	9,7	9,9	21,0
Antigo Ensino Médio e actual Superior Politécnico	9,2	4,9	9,5	2,8
Ensino Superior Universitário (lic., mestre ou doutor)	16,9	82,6	8,8	4,3

Siglas: M/D (mestres e doutores); Lic. (licenciados); CT (cursos tecnológicos); Cônj. (cônjuge/esposa).
 Fonte: Martins, António Maria; Arroiteia, Jorge Carvalho; Gonçalves, Maria Manuela Bento (2002); Martins, António Maria; Luís António Pardal; Carlos Dias (2005); Pires, Ana Luísa Oliveira; Martins, António; Cabrito, Belmiro; Chagas Lopes, Margarida; Alves, Mariana Gaio (2008).

O carácter reprodutor medido pela influência das posições sociais iniciais nos processos de mobilidade social dos sujeitos está também presente nos dados que temos vindo a referir. Assim, se os pais dos inquiridos diplomados com um mestrado ou com um doutoramento possuíam, em 26,1% dos casos, uma licenciatura, esse valor desceu para 18,3% entre os diplomados com uma licenciatura e para apenas 7,3% entre os pais dos alunos dos cursos tecnológicos e das Escolas Profissionais (cf. tabela 1, colunas 2, 3 e 5). Estes valores seriam ainda mais acentuados se tomássemos em conta que os pais dos inquiridos da primeira amostra são mais velhos do que os da segunda e estes mais velhos do que os da terceira e que a frequência universitária aumentou neste período de tempo. Esta discrepância verifica-se também ao nível das

profissões, no sentido de os inquiridos com formação superior (graduada e pós-graduada) serem filhos de pais com profissões melhor remuneradas e com estatutos mais elevados do que os alunos dos cursos de nível médio que temos vindo a referir (cf. tabela 2, colunas 2, 3 e 5).

Tabela 2 – Profissões dos pais dos inquiridos das diferentes amostras e do cônjuge de mestres e doutores (em %)

Profissões	Mestres e doutores	Cônjuges	Licenciados	CT
1	20,0	7,4	15,7	14,3
2	21,8	75,5	14,2	6,0
3	20,0	16,0	12,8	7,6
4 e 5	11,6	0,0	29,8	24,4
6	8,3	0,0	8,4	6,9
7 e 8	18,3	1,1	14,3	31,2
9	0,0	0,0	4,8	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Chave das profissões

1. Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores
2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
3. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
4. Pessoal Administrativo e Similares
5. Pessoal dos Serviços e Vendedores
6. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
7. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
8. Operadores e Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem
9. Trabalhadores Não Qualificados

Fonte: Martins, António Maria; Arrosteia, Jorge Carvalho; Gonçalves, Maria Manuela Bento (2002); Martins, António Maria; Luís António Pardal; Carlos Dias (2005); Pires, Ana Luísa Oliveira; Martins, António; Cabrito, Belmiro; Chagas Lopes, Margarida; Alves, Mariana Gaio (2008).

Quando tomamos por base apenas os inquiridos com um mestrado ou com um doutoramento verifica-se, a partir dos dados da tabela 3 (que nos dá os valores do indicador de classe das famílias de origem e de procriação – segundo a linguagem sociológica), alterações substantivas entre estas duas gerações pelo efeito das habilitações académicas. Assim, na primeira geração (família de orientação), apesar de 50,8% das famílias se encontrarem associadas às actividades profissionais na condição de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, verificou-se alguma dispersão por outras categorias: Profissionais Técnicos e de Enquadramento (19,4%); Operários Industriais (7,3%); Empregados Executantes (6,5%); Agricultores Independentes (5,6%); Agricultores Independentes e Agricultores Independentes Pluriactivos (ambos com 3,2%). Em contrapartida, a 2ª geração (família de procriação) encontrava-se agrupada na quase totalidade (98,9%) na categoria de Empresários, Dirigentes e

Profissionais Liberais, tal como os seus pais. Aqui é bem visível uma mobilidade social ascendente pelo menos uma mudança de campo, para utilizar a conceptualização de Pierre Bourdieu, entre a geração dos pais e dos filhos.

Tabela 3 – Indicador de classe da família de origem e de procriação dos diplomados com mestrado e/ou doutoramento (em %)

Indicador de classe	Família de origem	Família de procriação
Assalariados Agrícolas	1,6	0,0
Assalariados Executantes Pluriactivos	1,6	0,0
Agricultores Independentes	5,6	0,0
Agricultores Independentes Pluriactivos	3,2	0,0
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	50,8	98,9
Operários Industriais	7,3	0,0
Empregados Executantes	6,5	0,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	19,4	1,1
Trabalhadores Independentes	3,2	0,0
Trabalhadores Independentes Pluriactivos	0,8	0,0

Fonte: Pires, Ana Luísa Oliveira; Martins, António; Cabrito, Belmiro; Chagas Lopes, Margarida; Alves, Mariana Gaio (2008).

Uma última questão que importaria mobilizar, a partir dos dados dos inquiridos com uma pós-graduação (uma vez que não recolhemos esta informação junto dos inquiridos das outras amostras), incide sobre a existência de uma certa “endogamia” na escolha dos cônjuges (independentemente do tipo de união) dado que esta foi tendencialmente feita entre parceiros com habilitações de nível superior em 82,6% dos casos (cf. tabela 1 – indicador 8) e entre Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas em 75,5% das situações (cf. tabela 2 – indicador 2). Estes valores não nos permitem conclusões sólidas e muito menos definitivas no sentido de podermos falar de “endogamia” ou de as escolhas serem resultantes da conciliação de interesses no sentido da manutenção ou requalificação das posições sociais. Pelo contrário podem ser o resultado de escolhas com base em critérios individuais (físicos, afectivos, culturais...) que se tornaram possíveis nos contactos interpessoais surgidos, quer no ambiente escolar, particularmente na universidade, quer nos locais de trabalho.

Como síntese, importa reter alguns aspectos da análise antes realizada:

1. Processaram-se e continuam a registar-se profundas alterações (durante a segunda metade do século XX e na actualidade), tanto no sistema educativo como nos outros sistemas, particularmente no económico e das ocupações

profissionais com interferência na alteração do campo de desempenho de actividades de muitos sujeitos; 2. A questão anterior dificultou a leitura das posições sociais e da mobilidade social e profissional e, ainda, do efeito do ensino nesse processo; 3. De qualquer forma e não obstante as dificuldades enumeradas, é possível referir terem-se processado alterações pelo efeito do ensino e da formação, quer positivas, como quando se verificou a existência de mobilidade no sistema educativo e profissional e consequentemente social, quer negativas quando pela sua falta ou se mantiveram as posições, quer académicas quer profissionais, ou se processou um retrocesso e consequente despromoção social. Consta-se ainda que não obstante a abertura do sistema educativo a todos (com a democratização do ensino e com a escola de massas), a entrada e a obtenção de títulos e consequente mobilidade social ainda é condicionada pela origem sociocultural dos indivíduos.

4 CONCLUSÃO

A relação que desde sempre se verificou entre o sistema educativo, particularmente a universidade, e a sociedade supõe intensificou-se ao longo do século XX e na actualidade no sentido de uma certa adequação funcional aos níveis económicos, políticos e das condições e perspectivas dos sujeitos que o procuram para realizar os seus estudos. Ao intensificar desta relação não será estranho o processo de globalização em curso e a sua natureza marcadamente liberal em que após um certo dispêndio financeiro espera-se o retorno do capital investido no sistema educativo público como se de uma empresa capitalista se tratasse.

No caso português a democratização do sistema educativo, nos níveis básico e secundário, iniciada já nos anos 60 e reforçada com o 25 de abril, não só ao nível quantitativo mas também qualitativa acabou por se estender nos anos de 1980 ao ensino superior. Esta dinâmica acabou mesmo por se alargar, nos anos de 1990, por várias razões, ao ensino superior pós-graduado, primeiro ao nível dos mestrados e agora ao nível dos doutoramentos. Associado ou decorrente deste processo de democratização e do intensificar das relações com a sociedade envolvente a universidade acabou por adoptar novos modelos de funcionamento internos e de relacionamento, quer com o poder central, quer com os poderes locais de natureza política, económica, cultural e tecnológica. Deste processo importa dar realce à problemática da autonomia adquirida e o que tal implicou na necessidade de a universidade se avaliar e ser avaliada, de prestar contas e de criar uma imagem positiva, tanto a partir da sua estrutura, funcionamento e produtos que produz, como das represen-

tações sociais sobre ela existentes.

Deste processo dependerá, cada vez mais, a permanência ou não de uma dada universidade em actividade, uma vez que, dadas as restrições orçamentais e a concorrência pela disputa de alunos (de graduação e de pós-graduação), a universidade é obrigada a procurar novas fontes de financiamento e níveis elevados de prestígio (com base nos aspectos objectivos e subjectivos antes referidos) para assim garantir a sua preferência por parte dos jovens que cada vez mais vêm a oferta de ensino superior aumentar.

Este processo de mudança na universidade decorrente do que ocorreu na sociedade, aos diferentes níveis, permitiu ou condicionou a ocorrência de alterações substantivas nas posições sociais fruto duma mobilidade social ascendente. Por outro lado condicionou também deslocações no espaço geográfico, associadas às mudanças de campo em que os sujeitos desempenham a sua actividade profissional. Funcionou, ainda, particularmente desde finais do século XX e na actualidade, como travão à existência de mobilidade social descendente, quer porque os estudos de graduação garantem ainda as melhores posições nos domínios social e profissional, quer porque se tem assistido ao prolongamento dos ciclos de estudo e à entrada de um número cada vez maior de indivíduos que assim retardam ou a sua inserção no sistema de emprego/trabalho ou a sua despromoção social. Não obstante esta interferência da universidade nos processos de mudança social, ela tem funcionado bastante como agente de reprodução das estruturas políticas, económicas e das posições sociais dos indivíduos.

Este carácter reprodutor é mais visível quando alargamos a análise ao ensino médio o qual é frequentado, de forma dominante, por alunos das classes médias-baixas e baixas ou quando frequentado por alunos das classes médias-altas e altas, eles denotam algum tipo de dificuldade de aprendizagem visível nas elevadas taxas de reprovação durante o ensino básico o que dificulta ou impede a sua entrada no ensino superior, especialmente no mais exigente e prestigiado.

Democratization of (and for) teaching and the role of university in social change

Abstract

The work we have prepared and which we are presenting covered, on the one hand the relationship between the educational system and the society in which it is integrated and on the other its performance in the democratization processes. As pertains to the first issue the relationship which was not of much signi-

ficance and not too comprehensive in the past has currently assumed greater importance endeavouring to adapt in a functional manner and in a more immediate perspective to the needs of society specially in the economic, technological and organisational fields of the processes.

As pertains the second aspect (of democratization) by presenting data gathered in three empirical studies carried out in Portugal (through the use of surveys made to students attending MA and PhD degrees, degrees and technological courses), we conclude that universities have opened their doors to all social levels allowing for remarkable social mobility levels even though the educational system continues to carry out the old function of reproducing social structures.

Keywords: Society. New paradigm of university. Democratization. Change.

REFERÊNCIAS

ALBARNOZ, Orlando. La Educación y el Desarrollo a Debate in Escotet & Albornoz (Org.), **Educación y Desarrollo Desde la Perspectiva Sociológica**. Salamanca: Ediciones Vip de la Universidad Iberoamericana de Postgrado, 1989.

AMABLE, Bruno. Effects d'Apprentissage, Compétitivité Hors-Pris et Croissance Cumulative. **Economie Appliquée**, n. 3, p. 5-31, 1992.

AMARAL, Alberto e MAGALHÃES, António. O Conceito de Stakeholder e o novo Paradigma de Ensino Superior. **Revista portuguesa de Educação**, vol. 13, n. 2, p. 7-28, 2000.

AMIN, Samir. Quelle Éducation pour quel Développement. **Perspectives**, vol. 5, n. 1, p. 52-56, 1975.

ARROTEIA, Jorge Carvalho; MARTINS, António Maria. **Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro**: Trajectórias Académicas e Profissionais. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. (Coleção Universidade Hoje, Série Contributos).

ARROTEIA, Jorge Carvalho. **O Ensino Superior Politécnico em Portugal**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002.

BECKER, Gary S. **Human Capital**: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. Nova Iorque: Columbia University Press, 1975.

BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul. **Paradigmas Educacionais**: Escola e Sociedade. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1994.

BOMMENSATH, Maurice. **Investir Éfficacement dans la Bureautique et la Productique**. Paris : Ed. Hommes et Techniques, 1986.

BOUDON, Raymond. Education and Social Mobility: A Structural Model in Karabel e Halsey (orgs.), **Power and Ideology in Education**. Nova Iorque : Oxford University Press, pp. 186-196, 1977.

_____. **La Distinction. Critique Sociale du Jugement**. Paris : Éditions Minituit, 1979, 670 p.

_____. **L'Inégalité des Chances** – La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles. Paris : Armand Colin, 1973.

COLLINS, Randall. **La Sociedad Credencialista**. Madrid: Akal, 1989.

DENISON, Edward F. **The Sources of Economic Growth in United States and the Alternatives Before Us**. Nova Iorque: Committee for Economic Development., 1962.

DRUCKER, Peter. **Post-Capitalist Society**. Nova Iorque: Harper Collins Publishers, 1993.

ENDERS, Ernesto González. La Misión Académica Extensión Universitária como Promotora de la Interacción Universidad-Sociedad. **Docencia Universitaria**, v. 5, n. 1 e 2, p. 9-33, 2004.

ENGUIITA, Mariano Fernández. Tecnologia e Sociedade: a Ideologia da Racionalidade Técnica, Organização do Trabalho e a Educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 39-52, jan/jun, 1988.

FREIRE, João. **Sociologia do Trabalho**: uma Introdução. Porto: Afrontamento, 1993.

FRIEDBERG, Erhard. **Le Pouvoir et la Règle. Dynamiques de l'Action Organisée**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

FRIETMAN, J. O Ensino Profissional Inicial nos Países Baixos: Modalidades de Formação e Evolução. **Formação Profissional**, v. 2, p. 32-36, 1992.

GONÇALVES, Manuela Bento. **Educação, Trabalho e Família**: trajetórias de diplomados universitários. 500 f. 2007. (Tese de doutoramento). Aveiro: UA, 2007.

GRÁCIO, Sérgio. A mobilidade social revisitada. **Sociologia – Problemas e Práticas**, v. 24, p. 45-69, 1997.

MARTINS, António Maria. **Formação e Emprego numa Sociedade em Mutação**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1999.

MARTINS, António Maria; ARROTEIA, Jorge Carvalho; GONÇALVES, Maria Manuela Bento. **Sistemas de (des)emprego**: trajetórias de inserção. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002.

MARTINS, António Maria; PARDAL, Luís António; DIAS, Carlos. Ensino Técnico e profissional: Natureza da Oferta e da Procura. **Revista Interações**, v. 1, p. 77-97, 2005.

MILLER, Ralph M. Ethique, Développement, Education. **Perspectives**, v. 23, n. 68, p. 467-482, 1988.

MINTZBERG, Henry. **Le Management**: Voyage au Centre des Organisations. Paris: Éditions d'Organisation, 1990.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

OCAÑA, Concepción Gomez. El Desarrollo de las Nuevas Tecnologías: um Reto Educativo. In UNED (org.), **Reformas e Innovaciones Educativas en el Umbral del Siglo XXI**: una Perspectiva Comparada. Madrid : UNED, 1992.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **O Ensino na Sociedade Moderna**. Porto: ASA, 1989.

PARO, Victor Henrique. **Escola e Formação Profissional**. São Paulo: Edições Cultrix, 1983.

PASCUAL, Vicente Gutiérrez. Los Universitarios en la Sociedad. In CAMPOS, Ramón Garcés (Org.). Conferência de Sociologia de la Educación. 6.; 1998, Zaragoza. **Anais...** Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1998.

PIRES, Ana Luísa Oliveira; et al. (Orgs) (2008). Universidade e Formação ao Longo da Vida. Lisboa: Celta Editora, 2008.

PIRES, Eurico Lemos. Massificação Escolar. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 1, n. 1, Braga, Universidade do Minho, p. 27-43, 1988.

PLANAS, Jordi. Educação Formal, Educação Informal e Práticas Formativas na Inserção Profissional dos Jovens. **Formação Profissional**, v. 1, p. 25-31, 1990.

READINGS, Bill. **Universidade sem Cultura?** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

RETUERTO, Enrique. A Informação Sobre as Qualificações. **Formação Profissional**, v. 3, p. 2-4, 1989.

RODRIGUES, Maria João. **Competitividade e Recursos Humanos: Dilemas de Portugal na construção europeia**. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

ROMER, Paul M. Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. 71-102, 1990.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in Human Capital. **America Economic Review**, v. 51, p. 1-17, 1961.

SCHWEITZER, Jochen. Integração da Formação Geral e Formação Profissional. **Formação Profissional**, v. 1, p. 36-38, 1989.

SILVA, Augusto Santos. Alguns Temas para pensar a mudança social. **Educação, Sociedades e Culturas**, v. 1, p. 105-128, 1994.

TARONDEAU, Jean-Claude. Technologies Flexibles: l'Impact Sur les Performances. **Revue Française de Gestion**, p. 31-41, jui-jui-aoû, 1987.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Vaga**. Lisboa: Livros do Brasil, 1984.

TROW, Martin. Trust, Markets and Accountability in Higher Education: a Comparative perspective. **Higher Education Policy**, v. 9, n. 4, p. 309-324, 1996.

TYSZKIEWICZ, Zygmunt. Formação Profissional e Gestão da Mudança. **Formação Profissional**, v. 2, 1987.

Recebido em 26/07/2011

Aceito em 20/12/2011

